

1                   **ATA DA 73ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS**  
2                   **HUMANOS – CEDH-SC**

3                   Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, foi realizada  
4 a 73ª. Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH) no formato online (link:\_\_\_),  
5 com início às 13h30min, tendo comparecido os/as **conselheiros/as governamentais**: Katia  
6 Freitas da Silva, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família  
7 – SAS), Mirella Ilta, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), Felipe dos  
8 Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Leonardo Marcondes,  
9 conselheiro titular (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP), Juliana Lima Medeiros,  
10 conselheira suplente (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP), Guilherme Fernando dos  
11 Santos Papini, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço –  
12 SICOS), Marcos Leandro, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Educação – SED), Sílvia  
13 Cantarino, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Administração Prisional e  
14 Socioeducativa – SAP); e os/as **conselheiros/as da sociedade civil**: Rogério Correa, conselheiro  
15 suplente (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida Camargo, conselheira titular  
16 (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER), Nasser Haidar Barbosa, conselheiro titular (Centro  
17 dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Yara Hornke, conselheira titular (Conselho Regional  
18 de Psicologia – CRP12), Ivone Perassa, conselheira titular (Pastoral Nacional do Povo da Rua),  
19 Daniel dos Santos, conselheiro suplente (Movimento Nacional da População em Situação de Rua  
20 – MNPR), Maria Del Carmen, conselheira titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da  
21 Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Celina Duarte Rinaldi, conselheira titular  
22 (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Cláudia Andrieux, conselheira titular (Instituto Arco-íris)  
23 e Nalá Ayalén Sanchez, conselheira suplente (Instituto Arco-íris); e como **convidados/as**:  
24 Jaqueline Maccoppi (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina –  
25 SINJUSC), Ana Carolina de Castro Freitas Santos (Frente Ampla em Defesa do Sistema  
26 Socioeducativo), Ricardo Maes (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa  
27 Catarina – SINJUSC), Maristela Cizeski (Pastoral da Criança), Milene Mahs (estagiária da gerência  
28 de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos). A **plenária é aberta (1)** pela presidenta Erli  
29 (FINER) dando as boas-vindas a todos/as e solicitando à secretária do CEDH para fazer a leitura  
30 da lista de presenças dos/as conselheiros/as. Após feita a leitura, a presidenta comunicou ter  
31 **quórum suficiente (2)** para dar início à reunião e passou a palavra para a diretora de Direitos  
32 Humanos da SAS, a Sra. Elisiani Freitas, que desejou as boas-vindas a todos/as e se manifestou  
33 alegre com o quórum do CEDH. A diretora explicou estar presente na reunião, caso surgisse  
34 alguma dúvida ou questionamento quanto ao trabalho do Estado em relação à Conferência  
35 Estadual de Direitos Humanos. A secretária do conselho fez a **leitura da ordem do dia (3)** para  
36 aprovação. A presidenta Erli (FINER) sugeriu modificar a ordem de pauta trocando o ponto 7 pelo  
37 10 e vice-versa, o que foi aprovado. O conselheiro suplente Daniel Paz dos Santos, perguntou  
38 sobre a situação da revitalização do disque 100, com as denúncias junto aos sistemas de justiça  
39 e ao Ministério Público Federal (MPF) e seu funcionamento no Estado, e a diretora de Direitos  
40 Humanos explicou, que a Central do disque 100 fica em Brasília, e essa distribui as denúncias aos  
41 Estados. Em relação a Santa Catarina, as denúncias são encaminhadas para as ouvidorias das  
42 secretarias e, no caso da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS faz-  
43 se o encaminhamento para a Diretoria de Direitos Humanos, onde é feita distribuição aos órgãos  
44 e entidades competentes. Na sequência foi feita a apresentação das **justificativas de ausências**  
45 **(4)** dos conselheiros/as: Fernanda Fidelis (SES), Mayara Modolon (SCC) e Lucilene Binsfeld (CUT-  
46 SC), as quais foram aprovadas. Após, foram postas à aprovação, **as atas pendentes (5)**: Ata da  
47 cerimônia de Posse, Ata da reunião de Transição e Ata da 72ª Reunião Plenária Ordinária, as quais  
48 foram todas aprovadas por unanimidade. Quanto à **devolutiva das ações da plenária anterior**  
49 **(6)**, a secretária informou que foi encaminhado o ofício nº 055/2023 ao governador do Estado  
50 solicitando informações quanto ao Plano Estadual de Prevenção do Suicídio e ações realizadas  
51 ou em andamento, o qual está na Secretaria de Estado da Saúde tramitando internamente, sem

52 mais detalhes a respeito. Informou ainda, que foi publicada a Resolução nº 010/2023, que  
53 prorroga o prazo de funcionamento das Comissões Especiais: a) de Garantias da População em  
54 Situação de Rua e, b) de Conflitos Fundiários que, pela mesma Resolução passou a denominar-se  
55 Soluções Fundiárias Urbanas e Rurais. Com relação ao pedido de audiência pública expedido à  
56 Assembleia Legislativa – ALESC para discutir sobre o Plano SINASE (Sistema Nacional de  
57 Atendimento Socioeducativo), o ofício encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Casa  
58 Legislativa, tendo ainda explicado que a presidenta, Erli (FINER) participa de grupo do Fórum dos  
59 Conselhos Estaduais, composto pelos Conselhos de Direitos da SAS, sendo que, em reunião, ficou  
60 deliberado reforçar pedido conjunto, o que foi feito, tendo a secretária do CEDH colhido todas  
61 as assinaturas e reenviado novo pedido. A presidenta complementou o relato da secretária  
62 Manuela, explicando que neste período, entre a penúltima plenária e a reunião do Fórum foi  
63 feito contato com os deputados afins com o tema, solicitando apoio para a realização da referida  
64 audiência pública. Por fim, a presidenta mencionou se tratar de pedido de discussão em  
65 audiência pública a questão da não execução (em prática) do Plano Estadual da Socioeducação  
66 de Santa Catarina, aprovado em 2015, e estarmos até o momento sem resposta quanto à sua  
67 efetividade em termos de execução. A secretária do CEDH continuou esse ponto de pauta,  
68 mencionando ter sido encaminhado o Regimento Interno do Conselho para ser dado  
69 prosseguimento aos seus trâmites legais. Quanto ao caso ocorrido com os povos indígenas no  
70 município de José Boiteux, foram encaminhados os 3 (três) ofícios: ofício nº 059/2023,  
71 acompanhado da Nota de Repúdio ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI); ofício nº  
72 060/2023 à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, solicitando  
73 informações quanto à competência da Vara Federal da circunscrição de Blumenau; e, por fim, o  
74 ofício nº 061/2023 para o Ministério dos Povos Indígenas, com cópia ao Conselho Nacional de  
75 Direitos Humanos (CNDH), solicitando informações quanto aos recursos encaminhados ao Estado  
76 de SC, para atender os municípios atingidos pelas fortes chuvas. A presidenta passou a palavra  
77 para a convidada Maristela e a quem mais tivesse visitado o local, para manifestações. A  
78 convidada fez um breve relato da situação que se apresentava no local e mencionou duas  
79 preocupações suas: a primeira delas seria quanto aos “rabichos” de luz passando por debaixo da  
80 terra molhada e as crianças correndo no local, sugerindo que o Conselho acione a CELESC para  
81 orientá-los; e a segunda seria quanto aos animais, que estariam muito magros e sem as devidas  
82 vacinas, sugeriu que o CEDH entrasse em contato com o Centro de Zoonoses do município ou do  
83 Estado. A conselheira Katia Freitas (SAS) relatou que as técnicas da SAS estiveram no local  
84 anteriormente agendado com o prefeito do município de José Boiteux e a Secretaria de  
85 Assistência Social do município, para serem feitas as entregas de aproximadamente 600 litros de  
86 água, roupas e ração para os animais. Foi feita uma segunda entrega e, segundo o relato da  
87 conselheira, todos os recibos dos produtos e registros foram feitos. Porém, mencionou ter havido  
88 atraso na entrega pelo município, que foi cobrado em reunião realizada com o coronel César da  
89 Defesa Civil, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, as técnicas da Secretaria de  
90 Estado da Assistência Social, Mulher e Família - SAS, representantes da Polícia Federal - PF,  
91 representantes da própria comunidade e o prefeito municipal. Katia (SAS) mencionou ligação  
92 extensa de vídeo feita entre a Secretária Maria Helena (SAS) e o governador, que pediu para ser  
93 feito todo o atendimento preciso e, inclusive assumiu outras demandas que foram surgindo.  
94 Finalizou seu relato informando ter sido aberta uma comporta da barragem, mas estava sendo  
95 monitorada e, a entrega de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde à Secretaria de  
96 Saúde Indígena – SESAI, assim como foram disponibilizados médicos para atendimentos. O  
97 conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) mencionou que esse ponto foi dividido em  
98 2 (dois) assuntos: o primeiro, foi quanto a ação de entrada ilegal da Polícia Militar nas terras  
99 indígenas da região e uma série de eventos de violações direta de Direitos Humanos contra a  
100 população indígena da região, onde o CEDH emitiu nota, e pediu para registrar em ata, que o  
101 Conselho não esqueceu do fato ocorrido. Ressaltou que parte da provocação teria que ser feita  
102 ao governo do Estado, uma vez que a PM responde ao governador. O segundo assunto seria  
103 quanto ao auxílio prestado à comunidade, porém, sugeriu que o CEDH solicite ao Estado

104 informações quanto ao Plano de Ação para resolver permanentemente esse problema. O  
105 conselheiro lembrou que a Nota emitida por este Conselho Estadual, frente a violência,  
106 problematizava a questão da região ter sido origem da discussão federal sobre o Marco  
107 Temporal, e relacionou o fato a falta de vontade de se resolver o problema. Concluiu sua fala  
108 lembrando da importância de se discutir qual representante do CEDH poderia estar fazendo  
109 visitas e acompanhando in loco a região. A conselheira e vice-presidente Ivone Perassa (Pastoral  
110 do povo da Rua) sugeriu pontuar as questões levantadas elaborar um documento e encaminhar  
111 aos órgãos competentes. A conselheira Yara Hornke (CRP12) mencionou ter o Conselho (CRP12)  
112 cadeira no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIIn) e a percepção que se tem, é muita  
113 dificuldade de participação dos povos indígenas nas reuniões online. Outro assunto colocado  
114 pela conselheira foi quanto ao aumento do número de suicídios acontecendo entre os povos  
115 indígenas que, inclusive provocou a realização de Seminário que será realizado na UFSC, na  
116 semana seguinte a esta plenária. Por fim, comentou sobre as notícias que saem na imprensa, e  
117 que são formadoras de opiniões e disse que *“uma opinião que desqualifica o movimento indígena  
118 é muito séria e oportuna para quem defende o Marco Temporal”*. A conselheira Katia (SAS)  
119 complementou sua fala anterior, informando que foram entregues mais 4 paletes com 192  
120 garrafas de 5 litros. A convidada Maristela Cizeski (Pastoral da Criança) sugeriu como  
121 encaminhamento, que a comunidade indígena tenha cuidados constantes com a saúde, além dos  
122 remédios e médicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), assim como  
123 banheiros químicos. **Deliberações: Solicitar Plano de Prevenção para as comunidades indígenas  
124 ao governo e propor reunião conjunta entre o CEPIIn, CEDCA, CONSEA e CEDH para  
125 encaminhamentos mais práticos referentes a: luz, água, animais, plano de administração da  
126 crise, abrigos e banheiros químicos, somados ao direcionamento de ofícios ou resoluções com  
127 relação ao município e ao Estado.** A diretora de Direitos Humanos, Elisiani Freitas (DIDH/SAS)  
128 informou ainda, que no dia 18 de outubro a consultora executiva, senhora Simone Machado foi  
129 acompanhada de uma assistente social da SAS para o ginásio, que fica numa região mais alta, do  
130 município de José Boiteux, para verificar o que poderia ser feito no local para que seja  
131 considerado um abrigo. O prefeito não considerou um abrigo, em virtude de não ter as condições  
132 mínimas. A diretora afirmou que o trabalho continuará a ser feito mesmo com o cessar das  
133 chuvas. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH) se manifestou de acordo com os  
134 encaminhamentos, porém, ressaltou que a reivindicação principal é o reconhecimento do  
135 território, e reforçou dizendo que a *“questão indígena não é igual a questão de assistencialismo,  
136 trata-se do reconhecimento da propriedade originária da terra”*. Dando prosseguimento à  
137 reunião, a presidenta lembrou que o **ponto (7) Comissão de Monitoramento de Violações**, teria  
138 sido discutido no item de **devolutivas das ações da plenária anterior: Audiência Pública sobre o  
139 Plano SINASE, bem como a Nota de Repúdio em relação a atos de violência contra povos  
140 indígenas de José Boiteux**. Na sequência, foi iniciado o **ponto (8) Comissão Especial de Soluções  
141 Fundiárias**, pautados os relatórios da **Comunidade Vila Martins e Vila Matinhos**, no município  
142 de Biguaçu, **Comunidade Mestre Moa**, no município de Palhoça e **Comunidade São Roque**, no  
143 município de Brunópolis. A conselheira Celina Rinaldi (IGENTES) mencionou que as visitas  
144 técnicas referentes aos relatórios citados foram expostas nas plenárias anteriores e  
145 encaminhadas à Comissão de Legislação para eventuais correções. A secretária do conselho,  
146 Manuela, informou que os documentos foram encaminhados aos órgãos listados no próprio  
147 relatório, como de costume. Com relação ao **ponto (8) Comissão de Legislação e Normas**, o  
148 conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) informou que o regimento interno foi  
149 encaminhado para publicação, sem retornar ao jurídico, conforme orientação do procurador do  
150 Estado, e comentou que no próximo mês a proposta seria debater a minuta da alteração da lei  
151 nº 16.534/2014, entendendo o CEDH que é preciso ser feita uma reformulação da mesma.  
152 **Deliberação desse tema: Pautar momento de formação para discutir os itens a serem alterados  
153 e inseridos.** Quanto à **Comissão de Políticas Públicas e Formação (9): foi discutido sobre a  
154 organização da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos**. A presidenta fez a apresentação  
155 de pontos favoráveis para que fosse mantida a data da Conferência Estadual, a saber: o tema

156 central que seria o Plano Estadual de Direitos Humanos, a quantidade de pessoas por  
157 mesorregião num total de 6 (seis), sendo 2 (dois) governamentais e 4 (quatro) da sociedade civil,  
158 totalizando 36 delegados(as). Seriam aproveitados os encontros mesorregionais da gestão 2019-  
159 2021, colocados no mesmo contexto de diálogo de forma a dar maior consistência ao trabalho  
160 das Conferências Mesorregionais. Erli (FINER) comunicou que estavam confirmados a  
161 participarem, independente de liberação (ou não) de diárias: Blumenau (6), Lages (6), Criciúma  
162 (2 governamentais), Joinville começaram a se inscrever e Chapecó, a conselheira Lucilene (CUT-  
163 SC) informou que os titulares estavam com dificuldades em participar, mas os suplentes estavam  
164 sendo acionados. Outro ponto colocado pela presidente foi quanto à confirmação do conselheiro  
165 nacional (CNDH), o senhor Carlos Nicodemos (MNDH). A secretária do CEDH informou que foram  
166 liberados 2 (dois) coffee-breaks, o serviço de relatoria e de intérprete de libras e as diárias dos  
167 conselheiros natos, do CEDH. O conselheiro Rogério Correa (CUT-SC) confirmou que as  
168 dificuldades permanecem as mesmas. A conselheira Juliana Lima (SSP) mencionou ter algumas  
169 dúvidas em relação à Conferência: quanto às confirmações de participação, independentemente  
170 de diárias, se foram feitas diretamente pelos delegados ou teria sido algo geral (?), e a outra  
171 dúvida quanto à dificuldade de participação de alguns titulares, se estava relacionada a questões  
172 das diárias, ou não, seria problemas particulares (?). Por fim, em relação aos convites, a  
173 conselheira questionou acerca do caráter da participação dos convidados no que se refere a  
174 poder de voto, tendo em vista a possível baixa participação de delegados e delegadas eleitos(as).  
175 Explicou ter feito esses questionamentos para entender a legitimidade do evento. O conselheiro  
176 Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) colocou como uma preocupação sua, as dificuldades  
177 de organização da Conferência, e deu como exemplo: a não reserva de salas para debates dos  
178 grupos por eixos para discutirem suas propostas, dificuldades de compilação dos relatórios,  
179 somados a não garantia de recursos para que os delegados/as possam participar, acrescidos a  
180 esses fatores, as fortes chuvas no Estado. A partir do seu relato, o conselheiro se manifestou a  
181 favor do adiamento da Conferência. O conselheiro Rogério Correa (CUT-SC) questionou sobre a  
182 possibilidade de ser feita inscrição no dia da Conferência em virtude de relatos de dificuldades  
183 nas inscrições. A presidenta Erli Camargo (FINER) respondeu que sim. A presidenta disse que seria  
184 de acordo em adiar, no sentido de abertura de novo prazo para realização de mais Conferências  
185 municipais/mesorregionais para ampliar a participação. Lembrou de ter sido acionada a  
186 Federação Catarinense de Municípios – FECAM para dar suporte e fez contato com os municípios  
187 onde tem delegados que precisam de ajuda para se deslocarem, inclusive a secretária do CEDH,  
188 encaminhou planilha para que a entidade pudesse iniciar seus trabalhos. Em resposta ao  
189 questionamento da conselheira Juliana Lima (SSP), disse que as confirmações foram chegando  
190 pelas pessoas referências das mesos, que fizeram a articulação local. Quanto à região de Chapecó  
191 disse se tratar de questões pessoais de choques de datas. A presidenta levantou a possibilidade  
192 de discutir o formato híbrido. Concluiu reiterando sua fala anterior que em reunião ampliada  
193 realizada em Brasília no mês de setembro, o Conselho Nacional se comprometeu com os Estados  
194 de dar validade às Conferências já realizadas e a serem realizadas. A conselheira Maria Del  
195 Carmen (IMDH) mencionou existirem alguns problemas como a não possibilidade de ser híbrida,  
196 não ter como fazer a reserva de salas em virtude de realização de concurso público nas salas do  
197 centro (CSE), a questão dos materiais impressos, como os relatórios organizados das mesos para  
198 entrega em pastinhas, pelo menos aos delegados, preparar os papéis coloridos para votação.  
199 Finalizou dizendo não ter entendido que a Conferência seria livre. O conselheiro Nasser Haidar  
200 (CDH Maria da Graça Braz) mencionou ter acontecido um possível descuido na troca de gestão  
201 em relação à organização da Conferência, como atendimento de prazos, sendo este mais um  
202 motivo para alteração da data, mas o atropelo poderia atrapalhar a qualidade do processo, tendo  
203 concluído sua fala, propondo encaminhar o documento dentro do prazo para que fique  
204 “escancarada” a falta de vontade política. A presidenta Erli Camargo (FINER) pediu registro em  
205 ata, que a perda de prazo para trâmites internos seria relativa e justificou que em época passada,  
206 o evento foi realizado dentro de 7 (sete) dias fazendo contratação imediata, apontou como falta  
207 de vontade da gestão estadual. A presidenta levantou a possibilidade de alterar o Regimento

208 Interno em 2 (dois) aspectos: o primeiro deles seria quanto à comunicar os municípios sobre as  
209 mesorregiões e o outro ponto seria contemplar mais delegados/as. O conselheiro Rogério (CUT-  
210 SC) pediu para que se garanta no Regimento Interno a participação de quem foi eleito nas  
211 mesorregiões. A vice-presidenta se colocou a favor do adiamento se fosse para fortalecer a  
212 realização da Conferência, pois existem muitas pautas urgentes. Para melhor organização, a  
213 conselheira Maria Del Carmen (IMDH) levantou alguns pontos que deveriam ser observados:  
214 recomposição da Comissão Organizadora da Conferência, reformulação de alguns pontos do  
215 Regimento Interno, definição da data para garantir local e a participação híbrida. De forma  
216 consensual, a Conferência foi adiada para a segunda quinzena do mês de março. A presidenta  
217 sugeriu abrir para realização de Conferências livres para compor a, Estadual e que a **Comissão de**  
218 **Políticas Públicas e Formação** e mais quem se dispor para reorganização da Conferência, com  
219 entrega imediata do Termo de referência, o que não foi fechado com nenhuma deliberação, mas  
220 tão somente sugestão a ser pensada *a posteriori*. Dando continuidade à reunião foi introduzido  
221 o **ponto (11): Indicar representantes titular e suplente para compor o Programa de Proteção a**  
222 **Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado de Santa Catarina – PPCAAM**. A  
223 secretária do conselho informou que o CEDH recebeu ofício do gabinete (SAS) solicitando a  
224 indicação de 2 (dois) representantes: um titular e outro suplente para compor o PPCAAM no  
225 Estado. O convidado Ricardo Maes (SINJUSC/SC) que representava o CEDH na gestão anterior  
226 informou ter participado apenas do empossamento e depois não teria sido mais acionado,  
227 colocando-se à disposição, caso pudesse estar como indicado do Conselho, porém não sendo  
228 mais conselheiro. A vice-presidenta, Ivone Perassa (Pastoral do Povo da Rua) questionou quem  
229 irá executar o PPCAAM no Estado e qual seria a meta do número de vagas do PPCAAM (?). O  
230 convidado Ricardo Maes (SINJUSC/SC) relatou que o PPCAAM está em funcionamento, que foi  
231 provocado pelo Ministério Público, porém não houve mais chamamento ao CEDH, desde sua  
232 instalação. A convidada Maristela Cizeski (Pastoral da Criança) informou que o PPCAAM não está  
233 sendo executado em Santa Catarina, conta com o apoio de Núcleo Federal e, na época em que  
234 era coordenadora adjunta no CEDCA, o conselho aportou recurso para que o Estado executasse  
235 o serviço. Complementou seu relato, informando que foi a Brasília com a diretora de Direitos  
236 Humanos, na época, a Carolina Freitas, onde o governo Federal se comprometeu a fazer o aporte  
237 de recurso. A vice-presidenta do CEDH sugeriu solicitar informações sobre a situação atual do  
238 PPCAAM no Estado. **Deliberação: Responder ao remetente do ofício solicitando informações**  
239 **sobre a situação atual do PPCAAM e questionar se poderia ser um representante não**  
240 **conselheiro**. Finalizando a reunião foi iniciado o **ponto (12) Informes Gerais/Agenda Livre**. O  
241 conselheiro Rogério Correa (CUT-SC) informou que a CUT-SC estava lançando uma Campanha de  
242 solidariedade para os atingidos da enchente, compartilhou os informes para coletas. O segundo  
243 informe feito foi quanto a existência de um Grupo denominado *Movimento em Defesa do povo*  
244 *Palestino* que está mobilizando as pessoas no Estado para participarem de ato, no dia 27 de  
245 novembro com concentração na Catedral Metropolitana, em Florianópolis com caminhada  
246 finalizando no Terminal Integrado do Centro. A reunião foi finalizada com o informe da vice-  
247 presidenta **Ivone Perassa (Pastoral do Povo da Rua)** com relação ao censo da população de rua  
248 por meio de registro fotográfico. Foi sugerido pela presidenta Erli Camargo (FINER) encaminhar  
249 ofício questionando a forma como está sendo feito o referido censo. A conselheira Maria Del  
250 Carmen (IMDH) lembrou de primeiro ser discutido na Comissão que trata desse tema, o que foi  
251 aprovado. A presidenta Erli Camargo (FINER) agradeceu a presença de todos/as e deu por  
252 encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente  
253 com a Erli, presidenta do CEDH/SC, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **K49F4AT0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 24/04/2024 às 14:28:30

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0s0OUY0QVQw> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **K49F4AT0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.